



Boletim de Conjuntura Econômica e Social

Departamento de Economia – DCEC – Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC – Ilhéus / BA

ILHÉUS – ITABUNA

ISSN 2447-9519 | Número 05 – Abr./Maio/Jun. de 2016

APRESENTAÇÃO

O projeto de extensão *Centro de Análise de Conjuntura Econômica e Social (CACES)*, vinculado ao Departamento de Economia da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), lança o seu 5º boletim de conjuntura econômica e social dos municípios de Ilhéus e Itabuna, referente ao segundo trimestre de 2016 (abril, maio e junho). Na oportunidade desse lançamento, estamos comemorando o 1º ano do boletim, quando sua 1ª versão foi lançada em setembro de 2015, com os dados do 2º trimestre (abril, maio e junho).

Nessa edição comemorativa, faremos, inicialmente, a partir da síntese das informações e dos dados, considerações sobre o cenário econômico atual de Ilhéus e Itabuna, indicando futuras projeções, a partir desses dados, para os dois municípios. Em seguida, apresentaremos a síntese dos dados das seções que compõem este boletim.

CENÁRIO ECONÔMICO

O cenário econômico de Ilhéus e Itabuna apresentou no 1º semestre deste ano uma situação mais crítica em relação ao mesmo período do ano passado.

Os dados sobre as empresas, finanças, o consumo de energia – como indicador que utilizamos como termômetro da atividade econômica –, o comércio exterior e o comportamento do emprego, apontaram, todos eles, nesse 1º semestre de 2016, para uma situação crítica da economia dos dois municípios.

Os programas de transferências de renda têm sido o único indicador que vem contrabalançando a economia, com efeitos significativos sobre os dois municípios, dado o volume de recursos repassados. Como mostramos no IV Boletim, referente ao 1º trimestre, no caso particular de Ilhéus, esses recursos foram maiores que as próprias receitas do município.

Esse cenário negativo da economia já vem se manifestando desde o final de 2014 e durante todo o ano de 2015. Esses seis

primeiros meses de 2016 sinalizaram uma situação de piora da crise. Um dos dados mais sintomáticos desse cenário vem ocorrendo no mercado de trabalho no Brasil, na Bahia e nos dois municípios.

Outro dado sintomático da crise vem se apresentando nas finanças públicas, sejam as receitas tributárias, sejam os recursos das transferências estaduais e federais para os municípios, que tiveram queda no trimestre e no semestre. Os sinais da crise em nível federal e estadual, têm repercutido, sob esse ponto de vista, sobre as receitas das transferências aos respectivos municípios. Isso vem comprometendo as despesas dos municípios com atividades finalísticas, ou seja, aquelas que, em última instância, beneficiam as cidadãs e os cidadãos.

Portanto, com base nesse cenário do 1º semestre e do 2º trimestre de 2016 ora apresentado brevemente, os horizontes da retomada do crescimento econômico, do emprego e da renda estão ainda distantes.

EMPRESAS

No 2º trimestre de 2016, foram constituídas menos empresas (72), em Ilhéus, do que o observado no mesmo trimestre de 2015, em que foi efetivada a abertura de 92 novas empresas. Em Itabuna, foram abertas 118 empresas no trimestre corrente, ao passo que no 2º trimestre de 2015 foi possível observar um número maior de empresas constituídas (155). Nos dois municípios, foram fechadas mais empresas, no 2º trimestre de 2016 do que no mesmo trimestre do ano passado. Analisando o saldo geral (empresas abertas menos em-

presas fechadas) do trimestre corrente, para os dois municípios, constata-se que Itabuna obteve um saldo positivo de 51 empresas, maior do que Ilhéus que registrou um saldo de apenas 16 empresas.

CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA

O total do consumo de energia elétrica, em Ilhéus, aumentou 1,8% nesse 2º trimestre de 2016, entre os setores produtivos da economia. Em Itabuna, o consumo desses setores,

no mesmo período, teve retração de 6,4%. Destaca-se que a demanda de eletricidade da indústria registrou as maiores quedas nos dois municípios, sendo de 2,4% e 15,1%, respectivamente, em Ilhéus e Itabuna. As indústrias de alimentos e de equipamentos de informática tiveram, em Ilhéus, retração de 3,7% e 12,1%, respectivamente. Em Itabuna, a indústria de alimentos registrou uma redução de 19,3% no consumo de eletricidade, no 2º trimestre de 2016.

FINANÇAS PÚBLICAS

Acompanhando o desempenho negativo da economia nacional, Ilhéus e Itabuna tiveram quedas na arrecadação da Receita no 1º semestre de 2016 em relação ao mesmo período de 2015, em valor real. Itabuna sofreu quedas maiores tanto na Receita Tributária (-4,36 %) como nas Transferências Correntes (-15,02 %) realizadas pelos governos Federal e Estadual da Bahia. A arrecadação dos impostos estaduais (ICMS e IPVA) nos dois municípios, reflexo das suas dinâmicas econômicas, revela o maior impacto da crise econômica em Itabuna. Ainda em relação à Receita Total, Itabuna dependeu mais, no 1º Semestre 2016, das Transferências dos governos Federal e Estadual da Bahia do que Ilhéus que teve uma maior arrecadação de impostos próprios. Cabe destacar, também, que Ilhéus superou a Itabuna no valor absoluto arrecadado de Receita Tributária. Em relação à execução das Despesas, ambos os municípios diminuíram seus gastos em relação ao 1º Semestre de 2015. Porém, Ilhéus teve uma queda relativamente menor do que Itabuna que sofreu maior queda nas despesas sociais, exceto na Educação onde teve queda menor (-3,02 %) do que Ilhéus (-17,60 %).

COMÉRCIO EXTERIOR

A região apresentou no primeiro semestre de 2016, em apenas dois meses (fevereiro e abril), *superávits* comerciais. Nos demais meses do período acumularam-se *déficits*, sendo o mais vultoso em março. Especificamente, para o segundo semestre de 2016, o resultado negativo na balança comercial ilheense ampliou-se em torno de 30%, enquanto o itabunense cresceu pouco mais de 3,5%. A origem das exportações da

região concentrou-se, como vem ocorrendo desde o início das edições do Boletim, em produtos derivados do cacau e suas preparações.

MERCADO DE TRABALHO

Houve, no primeiro semestre de 2016, 2.018 desligamentos de emprego em Ilhéus e Itabuna. Ilhéus perdeu 1.083 vagas e Itabuna, 935. Quadro bem pior em relação ao mesmo período de 2015, com 777 desligamentos para os dois municípios. Para o 2º trimestre de 2016, Itabuna apresentou sinais de recuperação, enquanto Ilhéus vem oscilando com altas e baixas. Portanto, observa-se, neste trimestre, sinais de recuperação das perdas de emprego para os dois municípios, com mais ênfase em Itabuna. Em relação ao 2º trimestre de 2015, a situação do mercado de trabalho neste trimestre foi mais crítica. Os dados de movimentação do emprego por faixa salarial – entre admissões e desligamentos – para o 2º trimestre e para o 1º semestre, apontam que a maior concentração dos rendimentos médios nos dois municípios estão, em 1º lugar, na faixa entre 1 e 1,5 SM (Salário Mínimo) e, em 2º lugar, entre 0,5 e 1 SM, o que denota, por um lado, os baixos rendimentos salariais em Ilhéus e Itabuna, e, por outro, a forte concentração da renda.

PROGRAMAS SOCIAIS

Em relação aos municípios de Ilhéus e Itabuna, observou-se, em referência ao trimestre anterior, uma redução no número de famílias beneficiárias, bem como na evolução entre os meses de abril a junho (redução de 1,24% para Ilhéus e de 1,05% para Itabuna). Contando, Ilhéus, com uma redução maior que Itabuna. O que se pode depreender de tal análise é que, nesse ínterim, desde o início do ano de 2016, o número de beneficiários do PBF vem sendo reduzido, em cerca de 1% a cada mês, nos dois municípios. Já o Programa Bolsa Verde manteve o mesmo volume monetário transferido no trimestre anterior. Considerando as duas modalidades de transferência direta de renda aqui analisadas, as mesmas transferiram para os municípios de Ilhéus e Itabuna, no segundo trimestre do ano de 2016, um total de R\$ 13.998.261,00. Sendo R\$ 6.866.296,00 para Ilhéus e R\$ 7.131.965,00 para Itabuna.

EMPRESAS

Marianne Costa Oliveira

Na presente seção, estão apresentadas as informações relativas à movimentação das empresas de Ilhéus e Itabuna. Tal movimentação está relacionada ao número de empresas constituídas (abertas) e extintas (fechadas), no 2º trimestre de 2016 e seu comparativo com o 2º trimestre de 2015.

No 2º trimestre de 2016, foram abertas 72 empresas em Ilhéus, número inferior ao verificado no mesmo trimestre de 2015, cujo total foi de 92 novas empresas. A diminuição de aberturas de empresas, no trimestre em questão, está detalhada na Tabela 1, em que é possível constatar que, somente em junho, houve uma quantidade de empresas abertas superior em 2016, no comparativo com 2015. Nos demais meses (abril e maio) esse número foi bem inferior quando comparado com os mesmos meses de 2015.

Em Itabuna, percebe-se que o número de empresas constituídas, no 2º trimestre de 2016, também foi inferior ao

mesmo período de 2015. Em 2016, o número de novas empresas totalizaram 118, ao passo que, no 2º trimestre de 2015, foram abertas 155 empresas. Observa-se que em nenhum mês, do 2º trimestre de 2016, foi aberto um número de empresas superior, aos meses relativos de 2015.

Tabela 1 – Comparativo de empresas constituídas, em Ilhéus e Itabuna, no 2º trimestre (2016-2015)

	Ilhéus	
	Constituídas 2º trimestre 2016	Constituídas 2º trimestre 2015
abril	12	22
maio	27	43
junho	33	27
TOTAL	72	92

Continua...

Tabela 1 – Continuação

	Itabuna	
	Constituídas 2º trimestre 2016	Constituídas 2º trimestre 2015
abril	34	61
maio	44	53
junho	40	41
TOTAL	118	155

Fonte: JUCEB, junho de 2016.

Tratando-se agora de empresas extintas, verifica-se que, em Ilhéus, foram fechadas 56 empresas, no 2º trimestre de 2016. Comparando esse número com os dados do mesmo período de 2015 (foram fechadas 31 empresas), verifica-se que houve um aumento considerável na quantidade de empresas fechadas em 2016. Em abril e em maio de 2016 foram fechadas duas vezes mais empresas do que a quantidade observada nos mesmos meses de 2015 (Tabela 2).

Em Itabuna, a quantidade de empresas fechadas, em abril e maio de 2016, foi muito semelhante à verificada em abril e maio de 2015. Porém, em junho de 2016, essa quantidade é muito superior à observada em junho de 2015.

Tabela 2 – Comparativo de empresas extintas, em Ilhéus e Itabuna, no 2º trimestre (2015-2016)

	Ilhéus	
	Extintas 2º trimestre 2016	Extintas 2º trimestre 2015
abril	20	9
maio	20	10
junho	16	12
TOTAL	56	31

	Itabuna	
	Extintas 2º trimestre 2016	Extintas 2º trimestre 2015
abril	17	14
maio	19	19
junho	31	13
TOTAL	67	46

Fonte: JUCEB, junho de 2016.

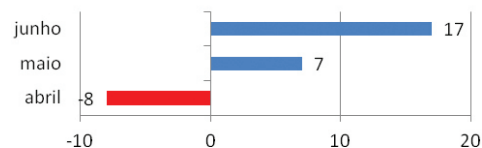
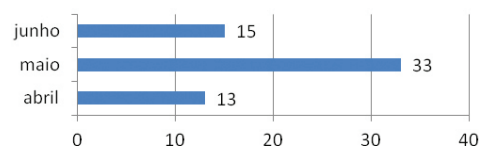
O 2º trimestre de 2016 apresenta-se como um período ainda difícil para a economia brasileira e, conseqüentemente, para os municípios de Ilhéus e Itabuna. Das empresas extintas, em 2016, vale ressaltar que o predomínio dessas se encontra nos setores comércio e serviços.

Ao avaliar o saldo do número de empresas constituídas menos o número de empresas extintas, em Ilhéus, no 2º trimestre de 2016, conclui-se que, somente em abril, esse saldo foi negativo. Ou seja, em abril de 2016 houve mais fechamentos de empresas do que aberturas. Porém, mesmo com saldos positivos em maio e junho, se comparado com os saldos dos meses de 2015, é verificada uma melhoria apenas no mês de junho, mesmo que muito discreta. Já nos meses de abril e maio de 2016, Ilhéus apresentou saldos muito piores do que nos mesmos meses de 2015 (Gráfico 1).

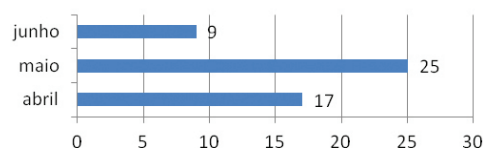
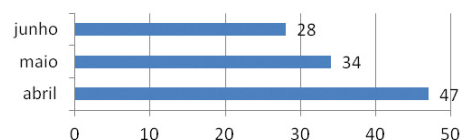
Em Itabuna, pode-se observar que, no 2º trimestre de 2016, houve mais aberturas de empresas do que fechamentos. Porém, mesmo com saldos positivos em todos os meses, em 2016, percebe-se que no comparativo com os saldos dos mesmos meses de 2015, esses resultados foram consideravelmente menores em 2016 (Gráfico 2).

Observando o Gráfico 3, nota-se que o número de empresas abertas, em Itabuna (118), no 2º trimestre de 2016, superou o número de empresas abertas em Ilhéus (72).

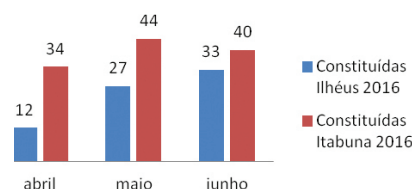
No quesito empresas extintas, no 2º trimestre de 2016, verifica-se, no Gráfico 4, que a quantidade de empresas fechadas, em Itabuna (67), foi levemente superior do que em Ilhéus (56). Analisando o saldo geral (empresas abertas menos empresas fechadas) do trimestre, para os dois municípios, constata-se que Itabuna obteve um saldo positivo de 51 empresas, maior do que Ilhéus que foi de apenas 16 empresas.

Saldo - Ilhéus (2016)**Saldo - Ilhéus (2015)****Gráfico 1 – Saldo das empresas (constituídas menos extintas) em Ilhéus, no 2º trimestre (2015 e 2016).**

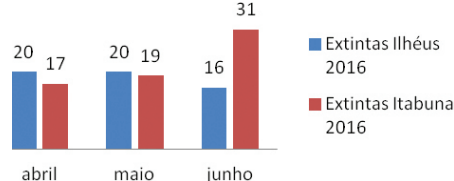
Fonte: JUCEB, junho de 2016.

Saldo - Itabuna (2016)**Saldo - Itabuna (2015)****Gráfico 2 – Saldo das empresas (constituídas menos extintas) em Itabuna, no 2º trimestre (2015 e 2016).**

Fonte: JUCEB, junho de 2016.

**Gráfico 3 – Empresas constituídas em Ilhéus e Itabuna, no 2º trimestre de 2016.**

Fonte: JUCEB, junho de 2016.

**Gráfico 4 – Empresas extintas em Ilhéus e Itabuna, no 2º trimestre de 2016.**

Fonte: JUCEB, junho de 2016.

Destaca-se que, no 2º trimestre de 2016, tanto em Ilhéus quanto em Itabuna as empresas abertas apresentam suas atividades principais nos setores de comércio e serviços. Em Ilhéus, constata-se que 28 dessas empresas constituídas, no trimestre, são do comércio varejista. Em Itabuna, as empresas abertas, do comércio varejista, contabilizou um total de 41 empresas no mesmo trimestre.

Em relação às empresas extintas, nos meses de abril e maio de 2016, verifica-se que esses números são próximos nas duas cidades. Porém, em junho, foram fechadas mais empresas em Itabuna (31) do que em Ilhéus (16), sendo que das empresas fechadas, em Itabuna, nesse mês, a maioria das empresas são do comércio varejista (17).

CONSUMO DE ENERGIA

Marianne Costa Oliveira

Os dados de Ilhéus e Itabuna, referentes ao consumo de energia elétrica, são apresentados, nessa seção, como *proxy* do crescimento das atividades produtivas desses municípios, visto a existência da inter-relação entre o uso da energia e o crescimento econômico

No Gráfico 1, é possível observar que, em Ilhéus, a indústria retraiu a sua demanda por energia elétrica em 7,8% no mês de maio, retomando no mês de junho o consumo em níveis próximos ao do mês de abril. Comportamento semelhante é verificado para o comércio e serviços, porém com uma retração inicial, no mês de maio, de 11,05%.

Em Itabuna, a indústria aumentou em 7% o consumo de energia elétrica, no mês de maio. Já o comércio e serviços apresentaram retrações de 8,19% no mesmo mês, comparando-as com o mês anterior. A agricultura, embora com uma participação relativamente pequena no consumo de energia elétrica, teve uma queda de 23,12% em sua demanda, no mês de maio, e manteve o consumo, no mesmo nível, no mês de junho.

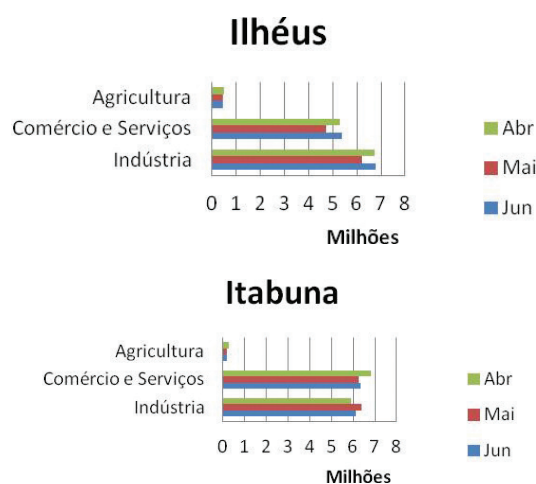


Gráfico 1 – Consumo mensal de energia elétrica, em milhões de KWh, por setor, no 2º trimestre de 2016.

Fonte: COELBA, junho de 2016.

Acompanhando, agora, não somente a evolução mensal do consumo de energia elétrica do 2º trimestre de 2016, mas, comparando o consumo desse período com o mesmo período de 2015, podem ser analisados os dados da Tabela 1. O município de Ilhéus registrou um crescimento de 1,8% do consumo de energia elétrica, demandado pelos três setores

abordados. Esse valor foi impulsionado, principalmente, pelo aumento de 8% na demanda do comércio e serviços, destacando a indústria como o setor que apresentou queda de 2,4% no trimestre.

Em Itabuna, o consumo de eletricidade, entre os setores aludidos, totalizou uma queda de 6,4%, registrando que a indústria e a agricultura apresentaram, respectivamente, quedas de 15,1% e 15% na demanda, isso no 2º trimestre de 2016.

Tabela 1 – Evolução do Consumo de Energia, em KWh, para o 2º trimestre de cada ano.

	Ilhéus		
	2º trim. 2016	2º trim. 2015	Varição (%)
Indústria	19.715.118	20.196.586	-2,4
Comércio e Serviços	15.400.131	14.265.595	8,0
Agricultura	1.353.215	1.348.294	0,4
TOTAL	36.468.463	35.810.475	1,8
	Itabuna		
	2º trim. 2016	2º trim. 2015	Varição (%)
Indústria	18.455.464	21.747.753	-15,1
Comércio e Serviços	19.393.082	18.616.812	4,2
Agricultura	647.325	761.887	-15,0
TOTAL	38.495.871	41.126.453	-6,4

Fonte: COELBA, junho de 2016.

O 1º semestre de 2016 refletiu um pouco do contexto econômico do país, registrando, por conseguinte, uma retração, tanto em Ilhéus quanto em Itabuna, no que tange à demanda de energia elétrica da indústria e da agricultura. O cenário econômico adverso, com aumento do desemprego e, juntamente, com a redução do poder aquisitivo, pode responder por parte da queda do consumo de eletricidade de 2,6% e 1%, respectivamente, na indústria e na agricultura. Isso no que diz respeito ao município de Ilhéus. Da mesma forma, em Itabuna, as retrações na demanda de eletricidade de 16,2% e 7,7%, respectivamente, da indústria e da agricultura, podem ser reflexo do momento econômico em questão (Tabela 2).

Mesmo com as quedas do consumo industrial e da agricultura, Ilhéus totalizou um crescimento de 1,1% da demanda por energia elétrica, dos setores considerados, no 1º semestre de 2016, sobre o 1º semestre de 2015. O pequeno crescimento da demanda de eletricidade foi impulsionado pelo crescimento de 6,3% do consumo do comércio e serviços, como verificado na Tabela 2.

Porém, em Itabuna, mesmo com o crescimento de 5,8% do consumo do comércio e serviços, não foi possível impedir a queda de 6,2% da demanda total de eletricidade pelos setores, neste 1º semestre.

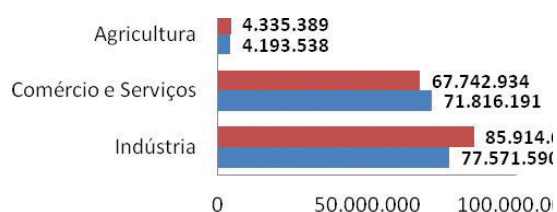
Somando todo o consumo de energia elétrica de Ilhéus e Itabuna (153.581.319 KWh), demandado pelos setores apresentados, no 1º semestre de 2016, observa-se um recuo de 2,8%, em comparação ao mesmo semestre de 2015, o qual totalizou um consumo de 157.992.946 kWh. Embora, registrado o aumento de 6% no consumo do comércio e serviços, no período em questão, observa-se o recuo de 9,7% na demanda da indústria e ainda uma queda de 3,3% quanto ao consumo da agricultura (Gráfico 2).

Tabela 2 – Evolução do Consumo de Energia, em KWh, para o 1º Semestre de cada ano.

	Ilhéus		
	1º Semestre 2016	1º Semestre 2015	Variação (%)
Indústria	40.072.026	41.160.332	-2,6
Comércio e Serviços	32.049.130	30.141.898	6,3
Agricultura	2.814.871	2.842.495	-1,0
TOTAL	74.936.027	74.144.725	1,1

	Itabuna		
	1º Semestre 2016	1º Semestre 2015	Variação (%)
Indústria	37.499.564	44.754.291	-16,2
Comércio e Serviços	39.767.060	37.601.036	5,8
Agricultura	1.378.667	1.492.894	-7,7
TOTAL	78.645.292	83.848.221	-6,2

Fonte: COELBA, junho de 2016.

**Gráfico 2** – Consumo semestral de energia elétrica, em KWh, por setor, em Ilhéus e Itabuna (conjunto).

Fonte: COELBA, junho de 2016.

O Consumo industrial de energia elétrica, em Ilhéus, fechou o 1º semestre de 2016 com retração de 2,6%, em relação ao mesmo período do ano anterior. Analisando o 2º trimestre de 2016, a indústria apresentou queda similar na ordem de 2,4%. Na Tabela 3, pode ser acompanhado o desempenho da demanda de energia elétrica dos ramos da indústria, em Ilhéus, que tiveram maior representatividade no consumo de energia elétrica.

As principais altas registradas nas estatísticas de consumo de eletricidade são aquelas vinculadas aos segmentos minerais não-metálicos (+25,3%), embora sua participação no consumo total de energia seja relativamente pequena (0,5%), e também aquelas do segmento borracha e material plástico (+16,6%).

No entanto, o recuo de 3,7% do segmento alimentício apresenta um peso considerável no consumo de energia elétrica da indústria, em Ilhéus. Pois, sua participação é substancialmente representativa (86,4%). Dessa forma, mesmo com os aumentos registrados nos demais segmentos industriais, o segmento alimentício foi o principal responsável pela queda de 2,4% do consumo da indústria de Ilhéus, no 2º trimestre de 2016.

Dessa forma, a atividade industrial da classe de produtos derivados do cacau teve o principal peso na retração da atividade industrial registrada no 2º trimestre de 2016. Essa queda de consumo, na demanda de eletricidade, pode estar relacionada com redução da produção do cacau ocasionado pela seca na Bahia, cujo estado é seu maior produtor brasileiro.

Os ramos da indústria de Itabuna, com maior participação no consumo de eletricidade, no 2º trimestre de 2016, estão relacionados na Tabela 4.

Tabela 3 – Consumo de energia elétrica da indústria por setor, em Ilhéus

	Δ% 2º trim. de 2016 ante o 2º trim. de 2015	Participação (%)	
		2º Trim. 2016	2º Trim. 2015
Crescimento	↑		
Tratamento de Resíduos; Recuperação de Materiais	5,3	1,9%	1,8%
Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos	3,5	0,6%	0,6%
Borracha e de Material Plástico	16,6	6,5%	5,4%
Minerais Não-Metálico	25,3	0,5%	0,4%
Outros	19,6	1,1%	0,9%
Queda			
Produtos Alimentícios	-3,7	86,4%	87,6%
Equip. Informática, Prod. Eletrônicos e Ópticos	-12,1	3,0%	3,3%

Fonte: COELBA, junho de 2016.

Conforme o Gráfico 3, a classe de produtos derivados do Cacau é responsável por 95% de toda a demanda de energia elétrica do segmento alimentício.

**Gráfico 3** – Participação do consumo de energia elétrica do segmento alimentício de Ilhéus, no 2º trimestre de 2016.

Fonte: COELBA, junho de 2016.

Tabela 4 – Consumo de energia elétrica da indústria por setor, em Itabuna

	Δ% 2º trim. de 2016 ante o 2º trim. de 2015	Participação %	
		2º Trim. 2016	2º Trim. 2015
Crescimento	↑		
Produtos Alimentícios e Bebidas	19,4	4,9%	3,5%
Queda	↓		
Confecção de Artigos do Vestuário e Acessórios	-13,2	48,2%	47,2%
Artefatos de Couro, Artigos de Viagem e Calçados	-6,1	1,1%	1,0%
Eletricidade Gás e Outras Utilidades	-84,3	0,1%	0,5%
Extração de Minerais Não-Metálicos	-22,0	0,9%	0,9%
Produtos de Metal, exceto Máq. e Equipamentos	-23,7	0,4%	0,5%
Produtos Alimentícios	-19,3	42,6%	44,8%
Fabricação de Produtos Minerais Não Metálicos	-13,5	0,4%	0,4%
Outros	-8,5	1,4%	1,3%

Fonte: COELBA, junho de 2016.

Destaca-se que a indústria de Itabuna apresentou crescimento do consumo de energia elétrica apenas na classe de produtos alimentícios e bebidas (+19,4%). Os demais ramos da indústria registraram queda da demanda por eletricidade, no 2º trimestre de 2016. Destaca-se, também, a classe de confecção de artigos do vestuário e de acessórios com queda de 13,2% e a classe de produtos alimentícios com retração de 19,3%, uma vez que a soma das duas classes totalizam mais de 90% da demanda de energia elétrica do trimestre. O desempenho da economia brasileira, marcado por redução do poder de compra das famílias e aumento do desemprego, pode estar refletindo na indústria de Itabuna, principalmente nessas classes destacadas. A classe de confecção de artigos do vestuário, com maior participação da demanda de eletricidade da indústria (48,2%), tem a atividade de fabricação de meias como o principal demandante de energia. Com isso, o consumo dos produtos provenientes desse ramo industrial é afetado, negativamente, com a situação adversa da economia.

Já o ramo de produtos alimentícios apresenta o segundo maior percentual da demanda de eletricidade (42,6%), no 2º trimestre de 2016. Essa demanda está dividida entre as classes de fabricação de laticínios e as de fabricação de produtos derivados do cacau que, além do contexto econômico desfavorável do período, pode, por sua vez, ter apresentado a redução, em sua demanda de eletricidade, motivada pela seca registrada na Bahia.

FINANÇAS PÚBLICAS

Sócrates Jacobo Moquete Guzmán

Este relatório objetiva demonstrar o desempenho de Ilhéus e Itabuna em termos da execução orçamentária do 1º semestre de 2016 em comparação com igual período de 2015. Pretende-se evidenciar os reflexos da crise econômica nacional nas contas públicas de ambos os municípios. A principal fonte de dados dos números aqui apresentados de maneira resumida, são os relatórios bimestrais e trimestrais disponíveis na página de Internet dos municípios. Esses dados também estão publicados nos seus Diários Oficiais, edições de 30 de Maio (Relatório de Gestão Fiscal, RGF) e 27 de Julho (Relatório Resumido da Execução Orçamentária, RREO) para Itabuna e de 19 de Maio (RGF) e 19 Julho (RREO) de 2016 para Ilhéus. Verifica-se a impossibilidade de elaborar a análise trimestral, para acompanhar a periodicidade de nosso boletim, tendo em conta que a fonte de dados usada impede acumular os dados do segundo trimestre, abril a junho, porque os dados de abril vêm acumulados no segundo bimestre (março-abril). Portanto, viu-se obrigado a apresentar, para apreciação, os dados acumulados do primeiro semestre, assim como do primeiro quadrimestre, o que não tira de nenhuma maneira a relevância da análise. Para todos os dados, o deflator utilizado foi o IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas, a preços de julho de 2016.

Receitas

Ilhéus

As Receitas do município de Ilhéus realizadas até o 1º semestre de 2016, nelas compreendidas as receitas Correntes e de Capital, totalizaram R\$ 161,02 milhões, apresentando

uma variação real negativa de 7,67%, em relação ao realizado em igual período de 2015 (PMI, Diário Oficial, 19-7-16, Anexo 1, LRF). Em termos nominais (sem descontar a inflação do período), as Receitas Totais tiveram um aumento de 3,26%. Da previsão anual atualizada das Receitas do Município, quer dizer o que o município espera arrecadar no ano 2016, verificou-se uma realização de 38,85% até o final do primeiro semestre de 2016.

Das Receitas realizadas até o 1º semestre de 2016, destacaram-se as Transferências Correntes e as Receitas Tributárias, com participação percentual de 72,5% e 21,21%, respectivamente, no total arrecadado no período. Ambas as categorias econômicas fazem parte das Receitas Correntes que são as mais expressivas da arrecadação de qualquer município ou Estado. As Receitas Correntes somaram R\$157,14 milhões, respondendo por 97,58% do total de receitas realizadas no 1º semestre de 2016. Portanto, a queda de 9,9% em termos reais das Receitas Correntes no primeiro semestre de 2016, comparado com igual período de 2015, foi determinante no desempenho negativo, no que tange a arrecadação total das Receitas do município cuja queda foi de 7,67%.

Como consequência da crise econômica nacional, as Transferências Correntes (representaram 74,24% do total da Receita Corrente) tiveram queda real de -14,15 % no primeiro semestre de 2016 em relação a 2015, refletindo a perda de arrecadação dos governos federal e estadual da Bahia no mesmo período. Já, a “Receita Tributária” representou 21,73% do total da Receita Corrente, ficando em segundo lugar.

A Receita Tributária, RT, própria do esforço fiscal do município, atingiu uma arrecadação de R\$34,14 milhões, indicando um aumento real de 4,43%, em relação ao primeiro semestre de 2015. Das Receitas Correntes, a RT foi também a que alcançou a maior realização da “Previsão atualizada” com 55,67%. A maior fonte de receita do município continua sendo o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, ISS, (Figura 1) embora apresentasse uma queda real de 6,58% em arrecadação, no primeiro semestre de 2016 em comparação com similar período de 2015. No mesmo período de comparação, a categoria “Outras Receitas Tributárias” teve um aumento real de 70,34%, constituindo-se no melhor desempenho em arrecadação e alcançando o terceiro lugar como fonte de arrecadação própria do município de Ilhéus (Figura 1). Estão incluídas nessa categoria, as Taxas e Contribuição de Melhoria. Ainda sobre os componentes da Receita Tributária, em segundo lugar em arrecadação, ficou o IPTU com um crescimento de 28,35%, em termos reais, no 1º semestre de 2016 em relação ao mesmo período de 2015; quer dizer: já descontada a inflação do período. Esse bom desempenho do IPTU deve estar refletindo ainda as mudanças introduzidas no Código Tributário do município, em final de 2014, pelo governo municipal de Ilhéus que atualizou o valor dos imóveis que estavam defasados. Essa reforma foi muito criticada pela OAB e outras entidades do município devido à suposta falta de clareza nos critérios de avaliação do valor dos imóveis assim como no prazo de implementação da citada medida.

O ISS (-6,58 %), ITBI (-12,78 %) e IRRF (-78,02 %) tiveram quedas, em termos reais, refletindo a crise econômica que vive o país nos últimos dois anos. De fato, o ISS funciona como uma aproximação (*proxy*) da dinâmica econômica de um município. Semelhante papel de *proxy* é atribuído ao ICMS, cuja competência é estadual, sendo arrecadado em todo o território do Estado, cujos dados serão apresentados na Tabela 1.

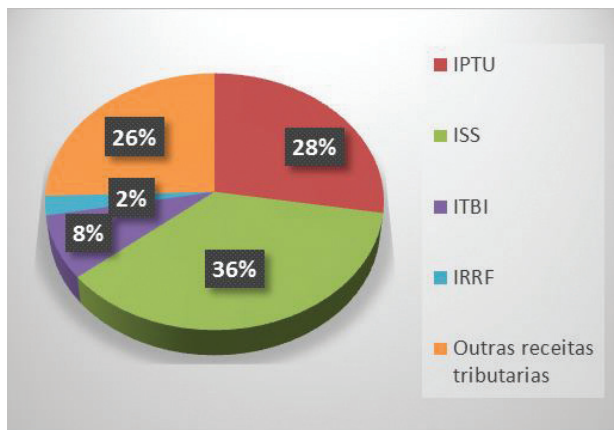


Figura 1 – Ilhéus: Composição da Receita Tributária Arrecadada, 1º Semestre de 2016

Nota: Outras Receitas Tributárias incluem cobrança de taxas e contribuição de melhoria.

Fonte: Prefeitura de Ilhéus. Diário Oficial, edição de 19-7-16 (RREO - Anexo 3, LRF).

Tabela 1 – Arrecadação de ICMS e IPVA, 1º Semestre 2015 e 2016, Itabuna e Ilhéus (Em Mil Reais)

ICMS				
Municípios	2015		2016	
	Valor Real	Valor Nominal	Valor real	% variação 2016/2015
ILHÉUS	60.953,45	53.438,15	61.109,94	0,26
ITABUNA	5.728,50	75.136,24	74.283,64	-13,35
IPVA				
Municípios	2015		2016	
	Valor Real	Valor Nominal	Valor real	% variação 2016/2015
ILHEUS	5.568,57	5.677,44	5.764,52	3,52
ITABUNA	11.205,43	9.858,45	9.844,81	-12,14

Fonte: Secretaria da Fazenda-Ba (<http://www.sefaz.ba.gov.br/>).

Observa-se na tabela 1, sobre Arrecadação de ICMS e IPVA, que Itabuna teve quedas expressivas na arrecadação de ambos impostos, no primeiro semestre de 2016 em relação ao mesmo período de 2015. Isso indica que a atividade econômica de Itabuna tem sido mais afetada pela crise econômica nacional do que a de Ilhéus que, pelo contrário, teve pequenos aumentos no montante arrecado de ICMS e IPVA. Porém, cabe destacar que ambos os municípios tiveram reduções expressivas, em valor real, nos repasses de cota parte que lhes cabem legalmente com base na arrecadação de ICMS e IPVA. Assim, Itabuna teve a maior perda (-23,77%) no repasse de cota parte do ICMS correspondente ao primeiro semestre de 2016 comparado com 2015. Já Ilhéus perdeu mais no repasse de IPVA (-29%) feito pelo governo do Estado da Bahia no mesmo período. Itabuna teve uma perda, também, de -12,94% no repasse de IPVA. Já, a perda de Ilhéus em relação a repasse da cota-parte do ICMS foi de -9,89%. Cabe observar que para ambos os municípios, o governo Federal reduziu em -12,16%, em termos reais, o repasse do Fundo de Participação dos Municípios, FPM, por conta da crise, que está provocando menor arrecadação dos impostos atrelados ao mesmo (IR e IPI).

Itabuna

As Receitas Totais do município de Itabuna realizadas no 1º semestre de 2016, nelas compreendidas as receitas Correntes e de Capital, alcançaram R\$ 213,89 milhões, apresentando uma queda real de 14,76%, em relação ao 1º semestre de 2015. Isso corresponde ao dobro de queda do município de Ilhéus. Portanto, a arrecadação de Itabuna está sendo mais afetada pela crise econômica nacional e estadual ainda sem perspectivas de arrefecimento. A previsão anual atualizada das Receitas do Município, quer dizer, o que o município espera arrecadar no ano 2016, atingiu uma realização de 40,54% até o final do primeiro semestre de 2016, quase dois pontos percentuais acima de Ilhéus que realizou 38,85%. Esses resultados indicam que ambos os municípios poderão ter dificuldades em obter a meta de arrecadação planejada para 2016.

As Transferências Correntes no valor de R\$165,24 milhões (77,26%), seguidas das Receitas Tributárias no valor de R\$23,35 milhões (10,92%) e Receitas de Serviços 10,44 milhões (4,88%), foram as que mais contribuíram na arrecadação da Receita Total do município de Itabuna no primeiro semestre de 2016. A alta percentagem das Transferências Correntes (77,26%) indica a forte dependência do município de Itabuna em relação a repasses do governo federal e estadual. Cabe destacar que, diferente de Ilhéus, as Receitas de Serviços (R\$10,44 milhões), representaram importante montante de arrecadação para Itabuna, no primeiro semestre de 2016. Elas referem-se a receitas de serviços de saúde provenientes de instituições privadas – saúde suplementar e rendimentos de aplicação financeira de recursos de transferência do SUS e outros serviços de saúde.

As Receitas Correntes (RC) somaram R\$209,40 milhões respondendo por 97,9% do total de receitas realizadas no primeiro semestre de 2016. As RC de Itabuna tiveram uma queda real expressiva de 15,28% no primeiro semestre de 2016 comparado com igual período de 2015. Essa queda foi determinante no resultado negativo da Receita Total arrecadada (-14,76%).

Do total das Receitas realizadas no município de Itabuna, até o 1º semestre de 2016, destacaram-se as Transferências Correntes e as Receitas Tributárias, com participação percentual de 80% e 11%, respectivamente, no total arrecadado no período. Portanto, o município de Itabuna dependeu mais dos repasses dos governos federal e estadual do que Ilhéus cuja Receita Tributária (arrecadação própria) foi de 21,21% no mesmo período analisado.

A Receita Tributária (RT) de Itabuna atingiu uma arrecadação de R\$23,35 milhões, tendo uma queda real de 4,36% em relação ao primeiro semestre de 2015. Foi um desempenho oposto ao de Ilhéus que teve um aumento real na Receita Tributária. A RT de Itabuna alcançou uma realização da “Previsão atualizada” de 47,54%, o que torna duvidoso atingir a meta estabelecida de arrecadação da RT para 2016 dada a crise econômica que dá sinais fracos de retomada.

Em relação aos impostos que constituem a Receita Tributária (Figura 2), a maior fonte de receita do município continua sendo o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, ISS (51% de participação), embora apresentasse uma queda real de 7,14% em arrecadação, no primeiro semestre de 2016 em comparação com similar período de 2015. Em segundo lugar em arrecadação própria do município ficou o IPTU (26% de participação), tendo obtido um crescimento real de 2,18% no período.

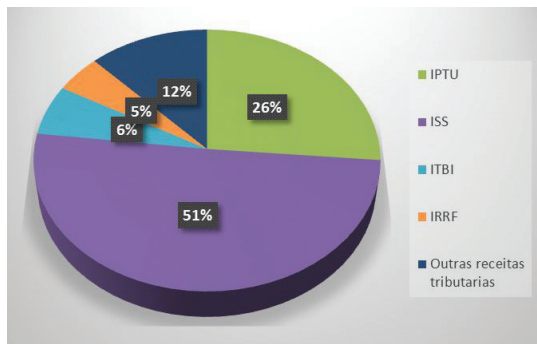


Figura 2 - Itabuna: Composição da Receita Tributária Arrecadada, 1º Semestre de 2016.

Fonte: Prefeitura de Itabuna. Diário Oficial, edição de 27-7-16 (RREO - Anexo 3, LRF).

Despesas

A base para análise das despesas terá como critério o conceito de Programas Finalísticos (que aqui chamaremos de Despesas Finalísticas) por oposição aos Programas ou Despesas Administrativas realizadas no setor público. Nesse sentido, as Despesas Finalísticas destinam-se a atender diretamente as demandas sociais e necessidades da cidade e município. Já as Despesas Administrativas são realizadas para custear os gastos administrativos da prefeitura, necessárias à execução de suas atividades tais como: aluguéis, insumos administrativos, material de expediente, despesas com viagens e custeio de pessoal, incluindo remunerações, encargos sociais, provisionamentos para rescisão, tributos e vantagens pessoais. Esses conceitos permitem esses conceitos avaliar com um critério mais objetivo a composição e execução das Despesas públicas.

Ilhéus

Considerando o critério adotado acima é que se fez a seguinte avaliação da execução das Despesas do governo municipal de Ilhéus e mais adiante do governo de Itabuna. Nesse sentido, as Despesas Orçamentárias do município de Ilhéus tiveram queda real de 6,01 %, no primeiro semestre de 2016 em comparação com igual período de 2015, o que pode ser reflexo da crise econômica nacional que vem afetando também a arrecadação de todos os níveis de governo como já foi constatado na parte da Receita de Ilhéus e Itabuna analisada.

Quando consideradas as despesas realizadas (ou liquidadas) por função, verifica-se que a alta mais acentuada (1.538,25 %) foi nas despesas com Urbanismo no primeiro semestre de 2016 em comparação com igual período de 2015. Isso deve ser relativizado quando verifica-se que em 2015 tinha sido prevista uma despesa de R\$20.712.964,89, sendo apenas realizado o valor de R\$ 146.429,18, no 1º semestre de 2015, perfazendo 3,86% do previsto no orçamento. Portanto, o parâmetro de comparação é muito inferior, o que gerou essa percentagem de 1.538 % no aumento da despesa em Urbanismo. Outro destaque foram as despesas realizadas (liquidadas) com a Subfunção Turismo que tiveram um aumento percentual de 129,06 % equivalente a R\$59.569,19 comparando 2016 com igual período de 2015 (primeiro semestre). Porém os valores absolutos aplicados nessa função são irrisórios em tratando-se de um município como Ilhéus com alta vocação e dotação de recursos naturais para serem aproveitados na atividade turística através do planejamento público.

As despesas mais expressivas no orçamento de Ilhéus aconteceram nas funções Administração, Saúde, e Educação com montantes realizados acima dos trinta milhões, no acu-

mulado do 1º semestre de 2016. Alguns dos destaques negativos na execução das despesas de Ilhéus foram o Legislativo (Câmara de Vereadores), que teve uma queda de **-31,43 %**, seguido pela função Gestão Ambiental (**-14,49 %**). Cabe destacar que o menor repasse de recursos para o Poder Legislativo do município pode ser visto como algo positivo tendo em conta que não se trata de uma despesa finalística, quer dizer que beneficie diretamente o cidadão como são as despesas na saúde, educação, saneamento e cultura entre outras. Porém deve se ter cuidado, pois em uma democracia a divisão dos poderes entre Executivo, Legislativo e Judicial deve ser garantida o que é alicerçado pela estabilidade financeira desses três poderes.

A função “Administração” teve queda de 8,89 % nas despesas o que pode ser interpretado como positivo por causa da natureza das despesas administrativas já mencionado. De fato, como estabelece o Programa de Eficiência do Gasto do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão do governo federal do Brasil, é cada vez mais necessário que os entes da federação procurem melhorar a qualidade do gasto público por intermédio da eliminação do desperdício e da melhoria contínua da gestão dos processos, com a finalidade de otimizar a prestação de bens e serviços aos cidadãos.

Em se tratando de despesas finalísticas cabe destacar que no primeiro semestre de 2016 comparado com igual período de 2015, houve avanço na aplicação de recursos no Saneamento (39,04 %), Transporte (35,23 %), Cultura (30,66 %) e Assistência Social (9,38 %). Porém, considerando a importância social e o peso no orçamento das funções Educação (**-17,60 %**) e Saúde (**-13,96 %**) pode ser concluído que o governo municipal de Ilhéus não teve um bom desempenho na aplicação dos recursos orçamentários nesse primeiro semestre de 2016, comparado com 2015.

Itabuna

As Despesas Orçamentárias do município de Itabuna tiveram queda real de **-10,49 %** no primeiro semestre de 2016 em comparação com igual período de 2015. Igualmente a Ilhéus, essa redução nas despesas executadas reflete a queda na arrecadação do município, incluindo os repasses dos governos federal e estadual, fruto da grave crise econômica que afeta o país. Itabuna teve um pior desempenho do que Ilhéus se considerado apenas essa comparação entre as quedas que ambos os municípios experimentaram na execução das despesas no período considerado. Isso também pode ser constatado pela queda praticamente generalizada nas despesas, por função, de Itabuna onde apenas as despesas realizadas, nas funções Administração e Habitação tiveram crescimento em relação a 2015. Porém, “Habitação” não representou um montante de despesa expressiva para o município, ficando então apenas a Despesa Administrativa, com aumento de 22,55% como elevação significativa, chegando a um total de R\$22,98 milhões em relação aos R\$18,75 milhões gastos no mesmo período de 2015, em termos reais.

Esse aumento na função Despesas Administrativas é preocupante. Pois, como foi assinalado acima esse tipo de despesas não é finalística. De fato, o Anexo 2 do Relatório Resumido da Execução Orçamentária –RREO- da Prefeitura de Itabuna, intitulado “Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção”, que serve de fonte de dados para esta análise, detalha os componentes da Função de Despesa “Administração” sendo: gastos com Planejamento e Orçamento, Administração Geral, Administração Financeira, Controle Interno, Tecnologia da Informação e Comunicação Social.

Em relação às Despesas Finalísticas de Itabuna, integrantes do seu Orçamento, pode ser verificado que esses gastos sociais e de infraestrutura urbana tiveram quedas na execução de suas despesas, no primeiro semestre de 2016 em relação ao mesmo período de 2015, incluindo os seguintes setores de: Assistência Social, Saúde, Educação, Cultura, Urbanismo, Saneamento, Transporte e Desporto e Lazer.

COMÉRCIO EXTERIOR

Marcelo dos Santos da Silva

A seguir, são apresentados os dados sobre a movimentação do comércio exterior de Ilhéus e Itabuna no primeiro semestre de 2016.

A Tabela 1 permite observar que, do primeiro trimestre ao segundo trimestre do ano corrente, houve aumento do comércio exterior ilheense, em ambas as contas, e recrudescimento da atividade externa da cidade de Itabuna. O destaque fica para Ilhéus, cuja atividade comercial externa elevou-se em aproximadamente 30% para a exportação e importação. Para Itabuna, a queda nas contas foi pequena: o maior valor constatado foi de aproximadamente 6%, para a exportação.

Tabela 1 – Evolução do comércio exterior para Ilhéus e Itabuna, no segundo e primeiro trimestres de 2016, em US\$ FOB

Muni- cípio	Exportação total		Varia- ção (%)	Importação total		Varia- ção (%)
	2º trim.	1º trim.		2º trim.	1º trim.	
Ilhéus	71.915.624	55.164.222	30,37	92.850.354	71.109.635	30,57
Itabuna	8.463.111	9.005.813	-6,03	21.851.752	22.885.072	-4,52

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados de Aliceweb 2.0.

O primeiro semestre de 2016 acumulou *déficits* comerciais para os dois municípios. Para Ilhéus, o *déficit* aumentou aproximadamente 31,3% do primeiro para o segundo trimestre, pressionando, ainda mais, o resultado negativo da balança comercial ilheense no ano. Apreende-se, desse modo, que o *déficit* passa dos US\$ 36,8 milhões para Ilhéus em 2016, com indicativo de aumento. Para Itabuna, o *déficit* acumulado aproxima-se de US\$ 27,3 milhões, com perspectiva de redução.

Na Tabela 2, é mostrado o comportamento do saldo comercial de ambos os municípios.

Tabela 2 – Saldo da balança comercial para Ilhéus e Itabuna, no segundo e no primeiro trimestres de 2016, em US\$ FOB

Município	Saldo comercial		Variação (%)
	2º trim.	1º trim.	
Ilhéus	(20.934.730)	(15.945.413)	31,29
Itabuna	(13.388.641)	(13.879.259)	-3,53

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Aliceweb 2.0.

A Figura 1 permite identificar que os *superávits* comerciais, embora tímidos, ocorreram em fevereiro e abril de 2016. Nos outros meses do semestre, registraram-se apenas *déficits*, com destaque para o mês de março, maior saldo comercial negativo para todo o semestre. O mês com maior atividade comercial (corrente de comércio), na região, foi o mês de maio, com exportações de US\$ 34,4 milhões, importação de US\$ 62,6 milhões e saldo comercial de US\$ -28,2 milhões.

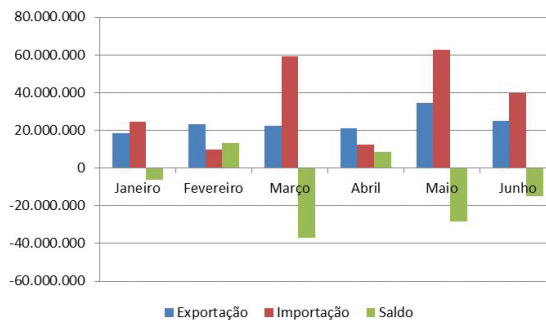


Figura 1 – Exportação, importação e saldo comercial para os municípios de Ilhéus e Itabuna, primeiro semestre de 2016, em US\$ FOB.

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados de Aliceweb 2.0.

As exportações da região são intensivas em produtos naturais e semimanufaturados, como é o caso da rubrica *cacau e suas preparações, sementes e frutos oleaginosos*. Tanto para Ilhéus quanto para Itabuna, a exportação dos produtos oriundos do cacau e outros produtos agrícolas responderam pela maior parte da entrada de divisas.

A Tabela 3 reúne essas e outras informações importantes acerca da especialização da balança comercial dos dois municípios.

Tabela 3 – Exportação e importação em US\$ FOB, por classe de produto selecionada, de acordo com o Sistema Harmonizado (SH), a dois dígitos, para Ilhéus e Itabuna no segundo trimestre de 2016.

Classe Rubrica	Ilhéus		Itabuna	
	Exportação	Importação	Exportação	Importação
Cacau e suas preparações	110.561.104	120.547.794	17.179.269	42.025.076
Sementes e frutos oleaginosos	11.411.980	-	-	-
Cereais	4.009.599	-	-	-
Café, chá, mate e especiarias	509.428	-	-	-
Máq., aparelhos e mat. elétricos (e partes); aparelhos de gravação ou reprodução de som; imagens e som em televisão (partes e acessórios)	487.703	31.116.633	-	32.281
Borracha e suas obras	-	2.422.018	-	31.788
Vestuário e seus acessórios (malha)	-	723.564	222.907	155.420
Vestuário e seus acessórios (exceto malha)	-	-	66.748	592.284
Mat. para entrançar e outros prod. de origem vegetal	59.687	-	-	-
Reatores nucleares, caldeiras, máq., aparelhos e instrumentos mecânicos (e suas partes)	40.345	8.077.578	-	1.418.319
Plásticos e suas obras	-	232.394	-	124.691

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados de Aliceweb 2.0.

A conclusão para a existência de saldo negativo na balança comercial da região pode ser claramente obtida na Tabela 3. A rubrica principal de exportação, assim como de importação, é *cacau e suas preparações*. Somente essa rubrica foi determinante para a importação de US\$ 162,6 milhões, em ambos os municípios, superando a exportação em US\$ 34,8 milhões.

Outro destaque da importação da região são os produtos elétricos, os audiovisuais e de sonorização, ou seja, aqueles considerados importados, notadamente, em Ilhéus, neste segundo trimestre, quando o total adquirido alcançou US\$ 31,1 milhões, aproximadamente.

Outros produtos que merecem menção são aqueles pertencentes aos reatores nucleares, às máquinas e instrumentos mecânicos. Esses totalizaram US\$ 9,5 milhões, enquanto os produtos derivados da *borracha e suas obras* US\$ 2,45 milhões em importados, ambos contabilizados para os dois municípios.

Portanto, o *déficit* comercial persiste na região no segundo trimestre de 2016 e no agregado do semestre. Isso se deve, principalmente, à elevação da compra em maiores quantidades de produtos derivados do cacau, fomentada pela queda da safra do fruto na região em virtude da seca, que prejudicou a produção desde o ano de 2015.

MERCADO DE TRABALHO

Sérgio Ricardo Ribeiro Lima

Brasil e Bahia

O mercado de trabalho no Brasil para 2016, neste 1º semestre, está bem pior que no ano passado. Neste trimestre houve um saldo negativo de 549.534 desligamentos, enquanto no mesmo trimestre de 2015 o saldo negativo foi de 324.626, o que representa um crescimento porcentual de 69%. Para o estado da Bahia, o comportamento seguiu a mesma direção, pois, enquanto no 1º semestre de 2015 houve 17.436 cortes de empregos, no 2º trimestre de 2016, o saldo negativo saltou para 28.852 pessoas desocupadas, aumento, portanto, de 65%. Os números mostram que, no ano em curso, o processo cumulativo da crise econômica para o Brasil e a Bahia se acirrou em termos de ocupação. Vale ressaltar que os números do mercado de trabalho fornecidos pelo CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) dizem respeito apenas ao emprego com carteira assinada.

Tabela 1 – Evolução do emprego no 1º semestre de 2016, Brasil e Bahia.

	Janeiro	Fev.	Março	Abril	Maior	Junho	Total
Brasil	-99.694	-104.582	-118.776	-62.844	-72.615	-91.032	-549.543
Bahia	-1.187	-5.812	-4.803	-3.022	-6.052	-7.976	-28.852

Fonte: CAGED/MTE¹, 2016.

Ilhéus e Itabuna

A análise do mercado de trabalho para os municípios de Ilhéus e Itabuna, na edição deste boletim, embasará o se-

gundo trimestre (abril-maio-junho) e o 1º semestre (janeiro a junho) de 2016 e sua relação com o mesmo período de 2015.

Começando pela análise do 1º semestre de 2016, observou-se, para Ilhéus e Itabuna (Gráfico 1), uma recuperação da redução do número de ocupações a partir de abril, enquanto para 2015, com exceção de janeiro-fevereiro e abril-maio, o emprego foi desfavorável. Embora, ainda no período fevereiro-março, o saldo de ocupações tenha sido positivo, os números para todo o semestre de 2016 foi negativo. O final desse semestre apenas sinaliza uma recuperação das perdas anteriores. Em números absolutos, os dois municípios perderam, no primeiro semestre, 2.018 empregos (CAGED/MTE, 2016).



Gráfico 1 – Evolução do emprego no 1º semestre de 2016 – Ilhéus e Itabuna.

Fonte: CAGED/MTE, 2016.

Com relação a Ilhéus, observou-se, para 2016, em comparação a 2015 (Gráfico 2), comportamento desfavorável, visto que, nesse semestre, houve uma certa estabilidade negativa do saldo do emprego se comparado a 2015. Se em 2015 teve, ainda, saldo positivo em fevereiro, para o semestre o resultado foi negativo, conforme mostra a linha verde no gráfico abaixo. Ilhéus perdeu, no entanto, no 1º semestre do ano, 1.083 vagas de empregos (CAGED/MTE, 2016).

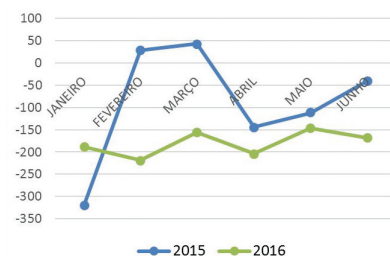


Gráfico 2 – Evolução do emprego no 1º semestre de 2016 comparado ao 1º semestre de 2015 – Ilhéus.

Fonte: CAGED/MTE, 2016.

Quanto à Itabuna, comparando 2016 com 2015 (Gráfico 3), o emprego regrediu de janeiro a abril e, em seguida, apresentou sinais de recuperação, estando melhor que Ilhéus de maio para junho. Itabuna perdeu, nesse semestre, 935 empregos. Portanto, o que se conclui dos dados do semestre é que Itabuna apresentou, nos últimos três meses do período, sinais de recuperação, enquanto Ilhéus vem oscilando com altas e baixas desde março de 2016.

Quanto ao comportamento trimestral para 2016, observou-se, para Ilhéus (Gráfico 4), que houve recuperação de abril a maio, com nova recaída de maio para junho, enquanto para Itabuna (Gráfico 5), entre abril e junho (todo o trimestre analisado), houve recuperação das perdas do emprego que vinham sendo observadas desde 2015.

1. Ministério do Trabalho e Emprego.



Gráfico 3 – Evolução do emprego no 1º semestre de 2016 comparado ao 1º semestre de 2015 – Itabuna.

Fonte: CAGED/MTE, 2016.

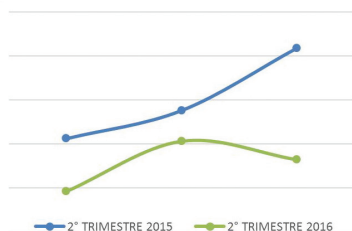


Gráfico 4 – Evolução do emprego em Ilhéus no 2º trimestre, 2015-2016.

Fonte: CAGED/MTE, 2016.

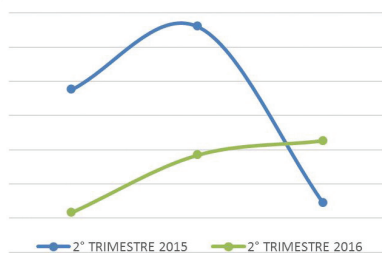


Gráfico 5 – Evolução do emprego em Itabuna no 2º trimestre, 2015-2016.

Fonte: CAGED/MTE, 2016.

Quanto aos números absolutos, Itabuna perdeu 537 empregos no 2º trimestre de 2016, comparado a 260 empregos, no mesmo trimestre de 2015. Essa realidade aponta para uma piora no quadro do emprego neste trimestre. Já Ilhéus perdeu 519 ocupações, neste trimestre, comparadas às 297 perdas em 2015 (CAGED/MTE, 2016). Para os dois municípios, a situação do mercado de trabalho, no 2º trimestre de 2016, foi mais crítica que no mesmo período do ano passado.

Os dados mais recentes do saldo do emprego – mês de julho – sinalizam uma piora para Ilhéus e melhora para Itabuna, comparados a junho.

O saldo de empregos no mês de julho em Ilhéus foi negativo em 282 postos de trabalho, com maior destaque, por ordem decrescente, para serviços, comércio e construção civil, comparado a junho, quando o saldo foi de -168 postos de trabalho.

Para Itabuna o saldo ficou negativo, no mês de julho, em -35 postos de trabalho, se comparado a junho quando tivemos -137 postos de trabalho. O setor que favoreceu esse resultado foi a indústria de transformação, com saldo positivo de 156 postos de trabalho, o que pode acenar a reação do setor a uma possível melhoria no cenário econômico.

Taxa de Variação do Emprego

Quanto à variação relativa do emprego, em relação ao estoque em 1º de janeiro de 2016, observou-se, na tabela

abaixo, que os índices de variação do emprego, no 2º trimestre e no semestre, foram bem mais desfavoráveis para Ilhéus do que para Itabuna. Quando comparou-se essa taxa (5ª e 6ª colunas da tabela 2) com a taxa de variação do 4º trimestre de 2015 (outubro-novembro-dezembro) (Boletim Nº. 3, março 2016), observou-se que Itabuna melhorou sua situação de emprego, enquanto em Ilhéus a situação se mostrou desfavorável.

Para o 2º trimestre de 2016, houve uma redução de 2,07% no estoque de empregos de 1º de janeiro de 2016 para Ilhéus, enquanto, para Itabuna, essa redução foi de 1,33%. No último trimestre de 2015, a variação, para Ilhéus, foi de -0,72% e, para Itabuna, -3,02%. O mesmo aconteceu também para os números do semestre, reduzindo, desse modo, o estoque em -2,32% em Itabuna e, em Ilhéus, -4,32%.

Tabela 2 – Taxa de variação do emprego no 2º trimestre e no semestre – Ilhéus e Itabuna

Municípios	Estoque de empregos em 1º de jan. 2016 (1)	Saldo no 2º trimestre de 2016 (2)	Saldo no 1º semestre de 2016 (3)	Taxa de variação no 2º trim. $2/1*100$	Taxa de variação no semestre $3/1*100$
Ilhéus	25.050	-519	-1.083	-2,07	-4,32
Itabuna	40.198	-537	-935	-1,33	-2,32

Fonte: CAGED/MTE; Perfil do Município/CAGED/MTE, 2016.

Enfim, os números do emprego, para Ilhéus e Itabuna, no 2º trimestre e no 1º semestre de 2016

(Gráficos 1 e 6), deram sinais de recuperação, com mais ênfase em Itabuna do que em Ilhéus.

Movimentação do emprego

Este indicador que estamos lançando pela 1ª vez no boletim, diz respeito ao fluxo do emprego entre admissões e desligamentos em determinado período. Ele é um indicador importante, pois, como fizemos neste boletim, ele pode informar a movimentação do emprego, por exemplo, por faixa salarial em determinado período.

Analisando agora as maiores movimentações do emprego, por faixa salarial e por sexo, para o 2º trimestre de 2016, observa-se que elas ocorreram, primeiro, na faixa entre 1 e 1,5 SM (Salário Mínimo), movimentando 3.801 trabalhadores, em maior proporção em Itabuna e do sexo masculino para os dois municípios; em segundo, na faixa entre 0,5 e 1 SM, com 2.693 movimentações, também com maior participação de Itabuna e do sexo masculino para os dois municípios; em 3º lugar, na faixa entre 1,5 e 2 SM, foram 1.101 movimentações, quase exclusivamente homens nos dois municípios, com número maior em Itabuna.

Os dados para o 1º semestre apontam o mesmo comportamento das movimentações do emprego, mudando apenas os valores. Houve o predomínio das faixas, por ordem decrescente, de 1 a 1,5 SM, 0,5 a 1 SM e, em 3º, de 1,5 a 2 SM. Tomando essas faixas salariais em conjunto, elas representaram 89,5% de toda movimentação do emprego em Ilhéus e Itabuna, salientando que houve o predomínio nessas movimentações de pessoas do sexo masculino. Esses dados mostram, por um lado, o quanto é baixo o nível de renda, e por outro, a concentração da renda, em Ilhéus e Itabuna. Com esse cenário, torna-se difícil qualquer política de desenvolvimento econômico para esses municípios.

TRANSFERÊNCIA DIRETA DE RENDA (PROGRAMAS SOCIAIS)

Carlos Eduardo Ribeiro Santos

O Boletim de Conjuntura Econômica e Social, em sua essência, vem acompanhando e analisando a renda direta transferida, aos municípios de Ilhéus e Itabuna, pelos programas que compõem a política social de Transferência Direta de Renda (TDR) do Governo Federal. A análise é realizada através dos dados disponibilizados, inicialmente, pelo extinto, Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate à Fome (MDS) e, atualmente, centralizados no Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), formulado e implementado a partir de abril de 2016.

De maneira geral, o MDSA lista, como integrantes dos mecanismos de transferência direta de renda, alguns programas sociais, a exemplos do Programa Bolsa Família (PBF), do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e do Programa de Renda Mensal Vitalícia (RMV). Além destes, outros compõem o Programa Brasil Sem Miséria como o Programa Bolsa Verde, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Estes últimos objetivam, de maneira específica a cada um, se atrelar à questão da renda, da segurança alimentar e nutricional, da educação, da saúde e do acesso à água, energia elétrica, moradia e qualificação profissional, fundamentando a busca pela melhoria socioeconômica da sociedade, através da inclusão de renda e do acesso ao mercado de trabalho.

Neste boletim, entretanto, dada a (in)disponibilidade de dados, o acompanhamento em relação ao BPC e a RMV não são realizados, haja vista que as bases de dados utilizadas (Matriz de Informações Sociais – MISocial e o TABSocial, ambos componentes da base SAGI da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação do MDS, MDSA) não têm sido disponibilizados, de forma geral, referentes aos dados, a partir, do mês de fevereiro de 2016. Esse procedimento impossibilita manter a análise como vinha sendo realizado desde o Boletim número 1.

Assim, a partir de agora (até o retorno da manutenção/constância dos dados analisados anteriormente para o BPC e a RMV), a análise deste boletim será referente, principalmente, a transferência direta de renda pautada no PBF. Entretanto, embora com um volume de renda monetariamente inferior, a partir de agora, serão observadas, também, a renda transferida, pelo Programa de Apoio à Conservação Ambiental Bolsa Verde (PBV).

Segundo o MDSA, tal programa se configura, enquanto integrante do Plano Brasil Sem Miséria, através de renda transferida para a população em extrema pobreza e que vivem (e produzem economicamente) em áreas prioritárias para a conservação ambiental. Existente desde 2011, o PBV transfere, trimestralmente, um benefício no valor de R\$ 300,00 (por um prazo de dois anos) propondo aliar o aumento na renda dessa população à conservação dos ecossistemas e dos recursos naturais onde se inserem (manutenção e uso sustentável; promoção da cidadania e melhoria das condições de vida e elevação da renda daqueles em situação de extrema pobreza).

A análise se faz pertinente, como sempre vem sendo defendido no boletim, por se considerar que o ciclo econômico, que fundamenta o fenômeno do consumo como um daqueles preponderantes para a consecutiva e contínua manutenção

do fenômeno da produção econômica, perpassa pela utilização de uma renda respectiva, nesse processo; e enquanto importância social, para além da econômica, a renda originária das políticas das TDRs, encadeadamente, insere os indivíduos no contexto econômico do consumo e se transfere, de forma equivalente, para a economia regional dos municípios.

Os dados analisados referem-se ao segundo trimestre de 2016 (abril a junho) no que trata dos valores nominais transferidos (atrelando-se, também, a uma relação com o trimestre anterior, janeiro a março de 2016, buscando-se, com isso, evidenciar a evolução comparada entre os volumes monetários transferidos para os municípios de Ilhéus e Itabuna no período analisado). Evidencie-se que os valores aqui analisados são apresentados enquanto montantes nominais haja vista que não foram deflacionados. Pois, o objetivo dessa análise é, apenas, apresentar os volumes transferidos sem que se analisem seus efeitos de encadeamento para a economia dos municípios.

O Programa Bolsa Família (PBF)

Dentre as transferências de renda realizadas pelo Estado (neste caso o Governo Federal), aquela proveniente do Programa Bolsa Família (PBF) é a mais controversa e questionada. Muito pela estrutura de transferência, muito pela falta de conhecimento público sobre seu sistema e lógica social. Entretanto, sua análise no contexto conjuntural da economia municipal se faz pertinente para além da lógica social, haja vista que o incremento da renda municipal por ela gerada, se atrela ao desenvolvimento do sistema produtivo e ao ciclo econômico do município onde se insere.

Considera-se então que, por se tratar de, individualmente, uma transferência baixa de valor, a mesma se destina, prioritariamente, ao consumo das famílias beneficiadas, para suprir as necessidades básicas do cidadão e de sua família, relacionando-se, assim, com os aspectos socioeconômicos do desenvolvimento, ao transferir renda para as famílias com renda *per capita* inferior a R\$77,00 mensais.

Saliente-se que, embora tenha sido anunciado um aumento de 12,5% sobre os valores dos benefícios do PBF, caso esse aumento aconteça, o mesmo se dará, apenas, a partir dos benefícios transferidos após o mês de julho de 2016 (cuja análise será realizada na próxima edição do boletim).

Nesse contexto, em relação ao trimestre anterior, observou-se, para os municípios de Ilhéus e Itabuna, uma redução no número de famílias beneficiárias, bem como na evolução entre os meses de abril a junho (redução de 1,24% para Ilhéus e de 1,05% para Itabuna). Contando, Ilhéus, com uma redução de 221 famílias beneficiárias entre os meses de abril e junho, e de 39 famílias beneficiárias, entre março e junho. Em Itabuna, a redução foi de 193 famílias entre abril e junho, e 104 famílias na relação entre junho e março (último mês do trimestre anterior). O município de Ilhéus, como sempre vem ocorrendo nas últimas análises trimestrais, apresentou uma redução superior, no número de famílias beneficiárias, em relação a Itabuna.

Em relação aos valores monetários transferidos (nominais), observou-se no conjunto do trimestre, também, uma redução entre os meses de abril e junho, numa evolução negativa de 0,80% para Ilhéus e de 0,76% para Itabuna, sendo, portanto, de 0,78% para o conjunto dos dois municípios (R\$ 18.356,00; R\$ 18.089,00 e R\$ 36.445,00, respectivamente). Em comparação com o trimestre anterior, a redução mo-

netária das transferências foi da ordem de R\$ 124.394,00 (-1,78%) em Ilhéus, de R\$ 80.936,00 (-1,12%) em Itabuna e de R\$ 205.330,00 (-1,45%) no conjunto dos dois municípios. Ou seja, entre um trimestre e outro, a redução foi maior que dentre os meses de abril e junho.

Quando acompanhado da análise do percentual de cobertura, confirma-se esse comportamento de redução no número de beneficiários e, conseqüentemente, nas transferências monetárias. No que trata do percentual de cobertura do perfil do CadÚnico observou-se uma redução de 1,24% para o número de possíveis beneficiários, no município de Ilhéus, e 1,05% em Itabuna, apresentando um total de 68,75% em abril e 67,90% em junho, em Ilhéus. Em Itabuna, 66,45% em abril e 65,75% em junho. Evidencie-se que esse perfil sinaliza o volume possível de beneficiários do PBF em relação ao total de cadastros no CadÚnico. Sendo esses cadastrados, aqueles que podem vir a ser atendidos pelo Programa. Os demais, não possuem perfil Bolsa Família,

mas podem ter o perfil de outros programas sociais do Governo Federal.

Quanto ao percentual de cobertura do PBF, que expressa a quantidade de beneficiários atendidos pelo programa no conjunto total daqueles que tem perfil para o mesmo, pode-se observar o mesmo comportamento, com redução, também, de 1,24% em Ilhéus e 1,05% em Itabuna, na comparação entre junho e abril. Saindo de 98,56% de cobertura para 97,34%, em Ilhéus. E, em Itabuna, de 96,03% para 95,02%. Quando comparado ao trimestre anterior (para o último mês de cada trimestre), percebeu-se uma redução menor, na média de -0,22%, em Ilhéus e -0,58% em Itabuna. E, inclusive, bem menor que dentro do próprio trimestre janeiro-março, que foi de cerca de -2,99% e -1,12%, respectivamente, para Ilhéus e Itabuna no que trata dos perfis PBF e CadÚnico.

A análise permite apreender que, desde o início do ano de 2016, o número de beneficiários do PBF vem sendo reduzido, em cerca de 1% a cada mês, nos dois municípios.

Tabela X1 – Número de famílias beneficiárias e total monetário transferido, Ilhéus/Itabuna, abr-jun/2016

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF)							
↑●↓ Comportamento em relação ao mês/trimestre anterior							
Número de Famílias Beneficiárias				Variações (%)			
	Abril	Maio	Junho	abr/mar	mai/abr	jun/mai	jun/abr
Ilhéus	17.855 ↑	17.774 ↓	17.634 ↓	1,03	-0,45	-0,79	-1,24
Itabuna	18.320 ↑	18.172 ↓	18.127 ↓	0,49	-0,81	-0,25	-1,05
Total Monetário Nominal referente ao total de Benefícios Repassados (R\$)				Variações (%)			
	Abril	Maio	Junho	abr/mar	mai/abr	jun/mai	jun/abr
Ilhéus	2.291.344,00 ↑	2.286.364,00 ↓	2.272.988,00 ↓	1,22	-0,22	-0,59	-0,80
Itabuna	2.387.030,00 ↑	2.373.294,00 ↓	2.368.941,00 ↓	0,52	-0,58	-0,18	-0,76
Total	4.678.374,00 ↑	4.659.658,00 ↓	4.641.929,00 ↓	0,86	-0,40	-0,38	-0,78
Total para os dois municípios no trimestre abr-jun/2016				Variações % (2º e 1º trimestres)			
Ilhéus	6.850.696,00 ↓			-1,78			
Itabuna	7.129.265,00 ↓			-1,12			
TOTAL	13.979.961,00 ↓			-1,45			

Fonte: MDSA/SAGI/MI Social (abr-jun/2016).

Tabela X2 – PBF, comportamento mensal do percentual de cobertura de acordo ao perfil da transferência, Ilhéus/Itabuna, abr-jun/2016

PERCENTUAL DE COBERTURA DO PBF NOS RESPECTIVOS MUNICÍPIOS										
↑●↓ Comportamento em relação ao mês/trimestre anterior										
PERFIL DE COBERTURA	Abril			Maio			Junho			
	Ilhéus	Itabuna		Ilhéus	Itabuna		Ilhéus	Itabuna		
% Cobertura do PBF (Perfil BF)	98,56 ↑	96,03 ↑		98,11 ↓	95,26 ↓		97,34 ↓	95,02 ↓		
% Cobertura do PBF (Perfil CadÚnico)	68,75 ↑	66,45 ↑		68,44 ↓	65,91 ↓		67,90 ↓	65,75 ↓		
Variações % entre os meses do trimestre e o trimestre anterior										
	abr/mar		mai/abr		jun/mai		jun/abr		jun/mar	
	Ilhéus	Itabuna	Ilhéus	Itabuna	Ilhéus	Itabuna	Ilhéus	Itabuna	Ilhéus	Itabuna
% Cobertura do PBF (Perfil BF)	1,04	0,48	-0,46	-0,80	-0,78	-0,25	-1,24	-1,05	-0,22	-0,58
% Cobertura do PBF (Perfil CadÚnico)	1,03	0,48	-0,45	-0,81	-0,79	-0,24	-1,24	-1,05	-0,22	-0,57

Fonte: MDSA/SAGI/MI Social (abr-jun/2016).

Essa redução, reflexo do percentual de cobertura do programa, não necessariamente, se reflete na relação com o valor médio do repasse por família beneficiária e na renda média gerada pelo programa, para o conjunto de famílias atendidas, haja vista que o número de famílias beneficiadas pode se alterar, negativamente, fazendo com a média do repasse se altere positivamente, no mesmo período.

Por outro lado, o programa pode diminuir seu alcance no conjunto de famílias a serem atendidas (redução/ampliação na inclusão ou cancelamento de benefícios), mas ampliar o mesmo dentro do número de famílias já atendidas, aumentando o número de benefícios para os que já estão beneficiados, sem ampliar o número de novos beneficiados. Como se observou, nesse trimestre, quando da variação na média dos

repasses e na renda média transferida se elevou, mas com redução no percentual de cobertura.

Assim, em abril, esse valor era de R\$ 128,33 para Ilhéus e R\$ 130,30 para Itabuna. Tendo aumentado, consecutivamente, entre maio e junho, para R\$ 128,64 e R\$ 128,90, respectivamente, em Ilhéus, e para R\$ 130,60 e R\$ 130,69, em Itabuna. O valor médio do repasse por família, entretanto, para o trimestre, foi reduzido em relação ao trimestre anterior, em 0,27% em Ilhéus, e 0,21% em Itabuna (R\$ 128,62 em Ilhéus, ante os R\$ 128,98 do trimestre anterior, e R\$ 130,53 ante os R\$ 130,80 para Itabuna). Embora, entre abril e junho tenha aumentado, respectivamente, 0,44% e 0,30%, tanto em Ilhéus quanto em Itabuna.

Tabela X3 – PBF, valor médio de repasse e renda média familiar gerada, Ilhéus/Itabuna, abr-jun/2016

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF)							
↑●↓ Comportamento em relação ao mês/trimestre anterior							
	Valor Médio de Repasse do PBF (R\$ por família beneficiária)			Variações (%)			
	Abril	Maio	Junho	abr/ mar	mai/ abr	jun/ mai	jun/ abr
Ilhéus	128,33↑	128,64↑	128,90↑	0,20	0,24	0,20	0,44
Itabuna	130,30↑	130,60↑	130,69↑	0,03	0,23	0,07	0,30
Média de renda familiar do trimestre (total R\$ repassado em relação ao total de famílias beneficiadas em todo o período)				Variação (2º e 1º trimestres)			
Ilhéus	128,62↓			-0,27			
Itabuna	130,53↓			-0,21			

Fonte: MDSA/SAGI/MI Social (abr-jun/2016).

Tabela X4 – PBF, distribuição de benefícios por tipo, Ilhéus/Itabuna, abr-jun/2016

DISTRIBUIÇÃO DE BENEFÍCIOS POR TIPO							
↑●↓ Comportamento em relação ao mês/trimestre anterior							
Tipos	Abril		Maio		Junho		
	Ilhéus	Itabuna	Ilhéus	Itabuna	Ilhéus	Itabuna	
Benefícios Básicos	15.301↓	16.853↓	15.266↓	16.787↓	15.154↓	16.759↓	
Benefícios Variáveis	24.868↓	23.608↓	24.738↓	23.464↓	24.480↓	23.269↓	
Benefício Variável Jovem (BVJ)	3.522↑	3.215↑	3.614↑	3.308↑	3.684↑	3.412↑	
Benefício Variável Nutrízes (BVN)	282↓	300↓	254↓	290↓	260↑	282↓	
Benefício Variável Gestante (BVG)	153↑	327↑	160↑	199↑	242↑	219↑	
Benef. de Superação à Extrema Pobreza (BSP)	1.397↓	1.856↓	1.370↓	1.817↓	1.344↓	1.801↓	
Total de benefícios	45.523↓	46.159↓	45.402↓	45.865↓	45.164↓	45.742↓	
VARIAÇÃO MENSAL / MUNICIPAL							
Tipos	abr/mar		mai/abr		jun/mar		
	Ilhéus	Itabuna	Ilhéus	Itabuna	Ilhéus	Itabuna	
Benefícios Básicos	1,12	0,60	-0,23	-0,39	-0,73	-0,17	
Benefícios Variáveis	0,66	0,11	-0,52	-0,61	-1,04	-0,83	
Benefício Variável Jovem (BVJ)	6,34	5,07	2,61	2,89	1,94	3,14	
Benefício Variável Nutrízes (BVN)	-1,40	-3,85	-9,93	-3,33	2,36	-2,76	
Benefício Variável Gestante (BVG)	3,38	-2,10	4,58	-39,14	51,25	10,05	
Benef. de Superação à Extrema Pobreza (BSP)	0,58	-0,80	-1,93	-2,10	-1,90	-0,88	
Total de benefícios	1,23	0,54	-0,27	-0,64	-0,52	-0,27	

BBs refere-se ao benefício concedido às famílias extremamente pobres, isto é, com renda mensal de até R\$ 77 per capita, mesmo não tendo crianças, adolescentes, jovens, gestantes ou nutrízes em seu núcleo familiar. O valor do benefício atualmente é de R\$ 77,00, por família, sem caráter cumulativo.

BV refere-se ao benefício concedido às famílias com renda mensal de até R\$ 154,00 per capita, desde que tenham crianças, adolescentes de até 15 anos, gestantes e/ou nutrízes em seu núcleo. O valor do benefício é de R\$ 35,00 e cada família pode receber até, no máximo, cinco BVs.

BVJ refere-se à variável existência de adolescente no núcleo familiar para a qual é concedido o valor de R\$ 42,00, por família. Isso para aquela que tenha adolescentes de 16 e 17 anos, frequentando a escola. Cada família só pode receber até dois BVJs, mesmo que tenham mais de um adolescente em seu núcleo.

BNV é destinado às famílias que tenham crianças com até seis meses de vida em seu núcleo. O benefício é concedido em seis parcelas consecutivas de R\$ 35,00. O benefício não é garantido, automaticamente, à família que se enquadre em seu perfil, pois antes da concessão será averiguado se a mesma já recebe cinco benefícios variáveis.

BVG é concedido à gestantes com idade entre 14 e 44 anos. Assim como no BVN, a família na qual seja identificada uma gestante é apenas elegível à concessão desse benefício variável. Isso não quer dizer que a família automaticamente receberá o benefício, pois antes da concessão será averiguado se já recebe cinco benefícios variáveis. O valor do benefício, também, é de R\$ 35,00 mensais durante o período de gestação.

BSP é pago às famílias que, mesmo recebendo outros benefícios do PBF, continuam em situação de pobreza extrema (renda per capita mensal de até R\$ 77,00). O valor do BSP corresponde ao necessário para que a família supere os R\$ 77,00 mensais, por pessoa, e pode ter valores diferenciados para cada família, de acordo ao quantum necessário para a equiparação aos R\$ 77,00.

Fonte: MDSA/SAGI/MI Social (abr-jun/2016).

Conforme sinalizado anteriormente, observou-se, no período, a compensação entre a redução do número de beneficiários e o aumento do valor médio dos repasses, bem como da renda média transferida, pela variação no número de benefícios concedidos (de acordo ao tipo de situação em que os membros das famílias beneficiadas se encontravam). Assim, a responsável por essa evolução positiva foi a evolução do número de benefícios atrelados à variável “Jovem” para ambos os municípios (4,60%, 162 benefícios, e 6,13%, 197 benefícios, entre os meses de abril e junho, para Ilhéus e Itabuna, respectivamente) e à variável “Gestante” (58,17%), para o município de Ilhéus, especificamente. Os demais tipos de benefícios tiveram evolução percentual negativa.

No trimestre anterior observou-se o mesmo comportamento em relação à variável “Jovem” (132 e 175 novos benefícios para Ilhéus e Itabuna, respectivamente). E um comportamento inverso, entre os municípios, para a variável “Gestante”. Ou seja, as gestantes de Itabuna que se beneficiaram no período entre janeiro e março (92 benefícios) já ultrapassaram o seu tempo limite de direito ao benefício e, nesse trimestre (abril-junho), o município de Ilhéus passou a contar com um maior número de gestantes beneficiárias (acréscimo de 89 benefícios ante redução de 2 benefícios, desse tipo, no 1º trimestre do ano).

Saliente-se que, para cada família, só é possível a concessão (o acúmulo) de, no máximo, cinco benefícios, incluindo-se, os benefícios variáveis (limite atualmente estabelecido pelo Programa). Tal informação se faz necessária ao passo que desmistifica a defesa, por exemplo, da relação entre natalidade, preferência voluntária ao desemprego e/ou reprovação no ensino médio para a manutenção e/ou novas aquisições de benefícios (aumentando seu valor *ad infinitum*) pelas famílias. Como é tanto discutido e questionado, atualmente.

Esse comportamento, de redução do número de famílias beneficiárias e do volume total da renda transferida se origina da liberação de novos benefícios menos a quantidade de benefícios suspensos e/ou cancelados nos municípios (dada a aplicação das penalidades pelo não cumprimento das condicionalidades do PBF). Nesse sentido, na relação entre o acumulado para o ano de 2015 e o segundo trimestre de 2016, percebeu-se, conforme exposto durante essa análise, uma constante redução no número de famílias beneficiárias e, também, dos valores de renda transferidos para os dois municípios.

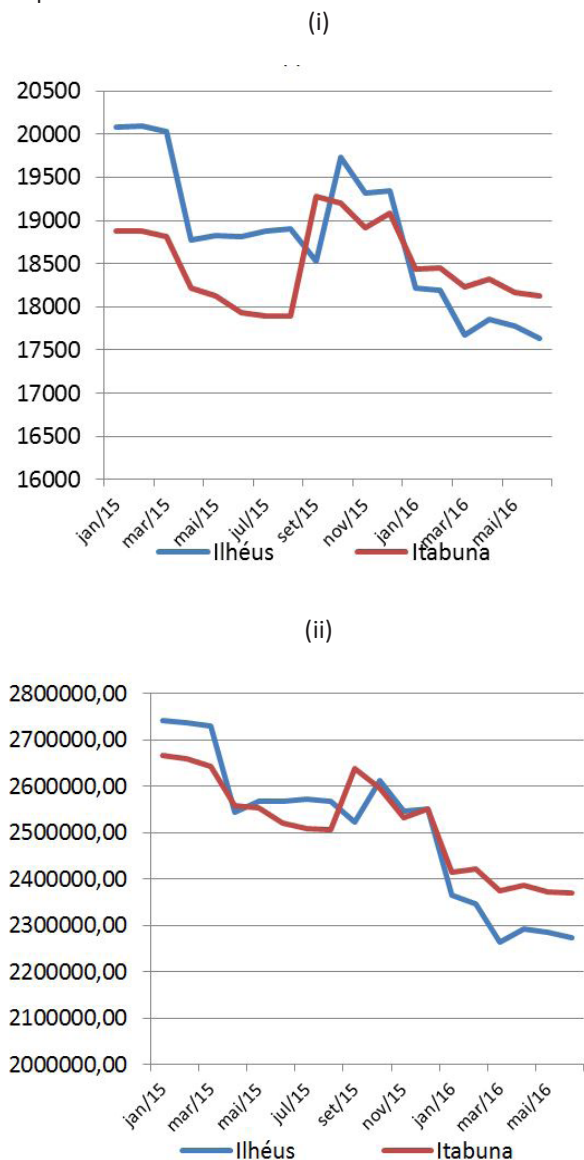


Figura X1 – Gráficos da evolução do número de famílias beneficiadas (i) e da evolução nominal dos valores de renda transferida pelo PBF (ii), Ilhéus/Itabuna, 2015/2016

Fonte: MDSA/SAGI/MI Social (abr-jun/2016).

O Programa Bolsa Verde (PBV)

O programa se configura, enquanto integrante do Plano Brasil Sem Miséria, na transferência de um valor fixo de renda, com base em um período de três meses, para a população em extrema pobreza, que vive e produz, economicamente, em áreas prioritárias para a conservação ambiental. A transferência trimestral se dá no valor de R\$ 300,00, por um prazo de dois anos, podendo ser renovado por igual período. A propos-

ta do programa prevê aliar o aumento na renda dessa população à conservação dos ecossistemas e dos recursos naturais onde se inserem. Com isso, o programa preconiza uma forma de manutenção e uso sustentável dos espaços utilizados por essas famílias e, assim, promover a cidadania e a melhoria das condições de vida da população, elevando-se a renda daqueles em situação de extrema pobreza que convivem com tais características fundamentais ao programa (MDSA).

A análise se faz pertinente, haja vista a participação do programa, principalmente, no município de Ilhéus, já que esse está atrelado aos pequenos produtores da agricultura familiar e à sazonalidade de suas produções. Desse modo, para o período de análise, percebeu-se que, embora em relação à quantidade de benefícios trazidos pelo PBF, o PBV seja mínimo, ainda assim, representa a possibilidade de ampliação da renda familiar e, conseqüentemente, renda também para o município.

Para o período entre abril e junho de 2016, observou-se um aumento no número de famílias beneficiárias, bem como de valores nominais transferidos para o mês de maio em relação a abril e redução, de ambos, para o mês de junho. Essa evolução é característica do benefício, haja vista a validade trimestral da transferência que, dado o cadastro anterior no programa, nos municípios, faz com que haja uma ascendência desses valores, os quais ocorrem trimestralmente (respectivos, sempre, aos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro) e sua posterior redução nos demais meses.

Assim, para uma melhor comparação da evolução dessas transferências, o mais correto é a mensuração em relação ao mesmo período do ano anterior que evidencia, para esse trimestre analisado, uma redução de 50% em abril, 26,2% em maio e de 33,3% em junho, para Ilhéus. Em Itabuna, houve um aumento de 100% em abril, redução de 20% em maio e nenhuma variação para o mês de junho, em relação ao número de famílias beneficiárias.

Quando da evolução dos valores monetários nominais transferidos, em Ilhéus, observaram-se, também, reduções da ordem de 50% (abril), 26,2% (maio) e 33,3% em junho. A mesma variação constatou-se para Itabuna, em relação à variação no número de beneficiários, já que cada família tem direito a, apenas, uma bolsa, de valor fixo (R\$ 300,00). Logo, a variação no número de benefícios será igual à variação no valor transferido. Na comparação entre o mesmo trimestre (abr-jun) para os anos de 2015 e 2016, evidenciou-se a inexistência de variação monetária.

Por fim, considerando as duas modalidades de transferência direta de renda aqui analisadas (o Programa Bolsa Família e o Programa Bolsa Verde), as mesmas transferiram para os municípios de Ilhéus e Itabuna, no segundo trimestre do ano de 2016, um total de R\$ 13.998.261,00 (R\$ 13.979.961,00 do PBF e R\$ 18.300,00 do PBV). Destes, R\$ 6.866.296,00 (R\$ 6.850.696,00 do PBF e R\$ 15.600,00 do PBV) para Ilhéus e R\$ 7.131.965,00 (R\$ 7.129.266,00 do PBF e R\$ 2.700,00 do PBV) para Itabuna. Essas transferências totalizaram uma redução de 1,40% em relação ao total transferido no primeiro trimestre de 2016 (R\$ 14.203.591,00, ou seja, R\$ 205.330,00). O município que obteve uma maior retração foi Ilhéus, na ordem de 1,80% a menos em relação ao período anterior, ou seja, uma redução de R\$ 124.394,00 ante ao total daquele período de R\$ 6.990.690,00. Em Itabuna, a redução foi de 1,10% (R\$ 80.936,00) em relação à renda transferida entre janeiro e março de 2016 (R\$ 7.212.901,00).

Tabela X4 – PBF, distribuição de benefícios por tipo, Ilhéus/Itabuna, abr-jun/2016

BOLSA VERDE						
↑●↓ Comportamento em relação ao mês/trimestre anterior						
	Número de Famílias Beneficiárias			Variações (%) mesmo mês ano anterior		
	Abril	Maio	Junho	abr-16/abr-15	mai-16/mai-15	jun-16/jun15
Ilhéus	1↓	45↑	6↓	-50,0	-26,2	-33,3
Itabuna	1↑	8↑	0↓	100,0	-20,0	0,0
Total Monetário Nominal referente ao total de Benefícios Repassados (R\$)						
	Abril	Maio	Junho	abr-16/abr-15	mai-16/mai-15	jun-16/jun15
Ilhéus	300,00↓	13.500,00↑	1.800,00↓	-50,0	-26,2	-33,3
Itabuna	300,00●	2.400,00↑	0,00↓	100,0	-20,0	0,0
Total	600,00↓	15.900,00↑	1.800,00↓	0,0	-25,4	-33,3
Total para os dois municípios no trimestre abr-jun/2016						
	TOTAL			Variações (%) trimestre e mesmo trimestre do ano anterior		
Ilhéus	15.600,00●			0,00		
Itabuna	2.700,00●			0,00		
TOTAL	18.300,00●			0,00		

Fonte: MDSA/SAGI/MI Social (abr-jun/2016)

De qualquer forma, as transferências de renda oriundas dos repasses baseados nos programas sociais se relacionam com a realização/manutenção do ciclo econômico municipal: produção e consumo, principalmente, originado, de maneira geral, da dinâmica econômica dos municípios que se fundamenta, também, na utilização da renda transferida pelos programas de transferência de renda para a realização, preponderantemente, do consumo. Fundamental, principalmente, para os municípios que possuem base econômico-produtiva no setor de serviços e na dinâmica comercial, como é o caso de Ilhéus e, principalmente, Itabuna.

Não se pode deixar de ponderar, infelizmente, nesse boletim, a incapacidade de ampliar a análise proposta para

essas transferências de renda, dada a indisponibilidade dos dados (anteriormente, acessíveis, para consulta e pesquisas públicas, principalmente no que trata da RMV), que passou a ter disponibilizado, apenas, de forma agregada para os estados federados (Bahia) e, não mais, municipais. Já o BPC, que compõe, historicamente, a maior parte da renda transferida aos municípios, passou a apresentar uma irregularidade na disponibilização dos dados, o que implica na impossibilidade de se seguir o padrão trimestral de análise proposto por esse boletim. Para os demais programas citados (PETI e PAA), os mesmos, não possuem tais dados disponibilizados para o ano de 2016. Espera-se que, num futuro próximo, tais análises possam voltar a integrar este trabalho.

Equipe de Trabalho

DCEC – UESC

Dr. Sérgio Ricardo Ribeiro Lima (Coordenador)

Msc. Carlos Eduardo Ribeiro Santos

Msc. Marcelo dos Santos da Silva

Msc. Marianne Costa Oliveira

Dr. Sócrates Jacobo Moquete Guzmán

DLA - UESC

Dr. Flávio Lourenço Peixoto Lima (Revisão Linguística e da redação)

Discentes voluntários

Aliete Salles dos Santos (Economia)

Cristian Arnecke Schroder (Economia)

Tomás Braga e Braga (Economia)

Kaio Rhuan Mendes Sena (Economia)

Diagramação

Bruna Orkki (Tikinet)

Entidades Apoiadoras

COELBA (Companhia de Eletricidade da Bahia)

Sr. Marcelo Vasconcelos Machado – Itabuna

Sra. Rejane Azevedo Deiró da Silva – Salvador

Sr. Rafael César Sardeiro – Salvador

JUCEB (Junta Comercial do Estado da Bahia)

Sr. Antônio Carlos Marcial Tramm - Presidente

Sr. João Carlos de Oliveira – Vice Presidente

Sra. Juliana da Silva Heeger

SUDIC (Superintendência do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio) – Ilhéus

Sr. João Fortunato

Sra. Railda Conceição Alves Simões de Carvalho

UESC/Gráfica

Luiz Farias

Lançamento do Boletim: 19 de Setembro**Local:** Pavilhão Pedro Calmon I, sala 1112, Economia**Horário:** 19:00

Centro de Análise de Conjuntura

Econômica e Social (CACES)

Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)

Departamento de Economia (DCEC)

Rodovia Jorge Amado, km 16 – Salobrinho - Ilhéus/BA

caces.uesc.br

caces@uesc.br

(73) 3680-5215